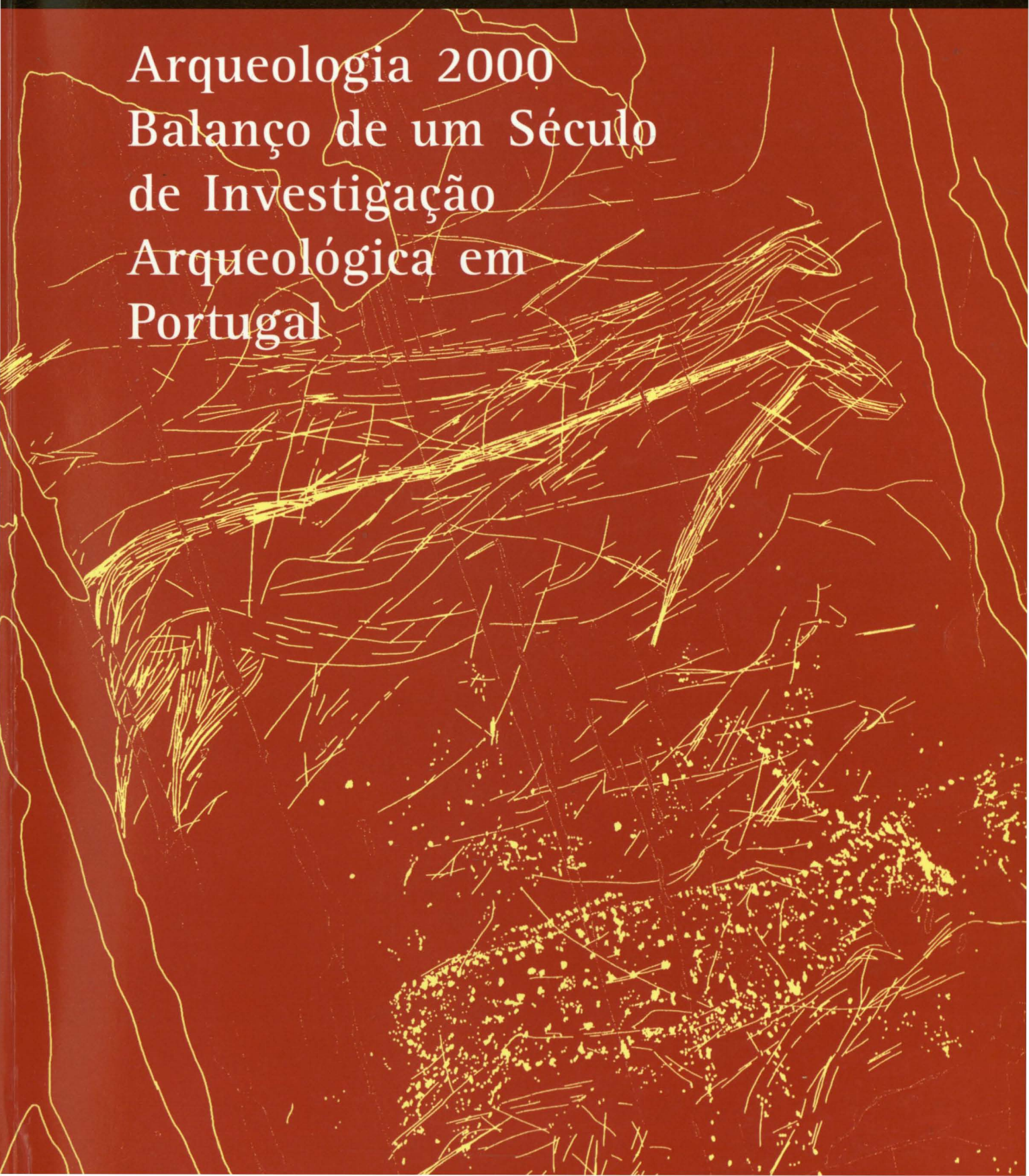


ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

Arqueologia e História

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



Cobre, RPS e Fortificações no Centro e Sul de Portugal (ontem, hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal)

Victor S. Gonçalves

Professor Catedrático, Director do Centro de Arqueologia
Faculdade de Letras de Lisboa, 1600-214 Lisboa

*Que seria dos
montes e dos rios
da nossa infância
sem o amor palpitante que lhes
demos a vida inteira?*

Miguel Torga

Algumas poucas palavras prévias

1. Comentar técnicas, vidas e tempo

O convite da AAP para pronunciar uma conferência ou comunicação na sua panorâmica fim-de-século não pode deixar de honrar um sócio tão antigo da venerável instituição, que me aceitou ainda aluno da Faculdade de Letras de Lisboa e desconhecedor do sábio princípio de Groucho Marx¹.

Comecei realmente o meu percurso calcolítico (após curtos devaneios pelo mundo romano, de que guardo apenas algum fascínio por ânforas e, sobretudo, campanienses...) por um sítio de grande interesse estratigráfico, o «Castro» da Rotura. Continuei no universo calcolítico com a Pedra d'Ouro (pelos fenómenos pós-deposicionais, um estrondoso *flop*), e nesse universo permaneci quando trabalhei no panorama das fortificações e sítios abertos do Alto Algarve Oriental e, depois, em Vila Nova de S. Pedro, Monte Novo dos Albardeiros e Sala n.º 1. Escavando *tholoi* em Reguengos de Monsaraz, continuei no 3º milénio, mas, recentemente, recuei no tempo e cabe-me agora descrever e pensar sítios que se aproximam de fases mais remotas das antigas sociedades camponesas: Xarez 12, Xarez 4, Fonte dos Sapateiros, Carraça 1. Para além, claro, do ubíquo megalitismo de Reguengos, fenómeno com um pé no quarto e outro no terceiro milénios.

O meu depoimento tem assim que ver com sítios escavados há alguns anos e assume deliberadamente características de uma leitura pessoal (e outras seriam talvez não apenas possíveis como certamente dissonantes). Mas um ponto deve ser sublinhado: recentemente, no Sul de Portugal, nenhum grande sítio do Calcolítico, escavado com intensidade suficiente, parece rejeitar estas leituras. Particularmente, Monte da Tumba e Liceia, objecto de atenções particulares, não me parece sequer que as contradigam.

No estudo da arqueometalurgia, pouco se avançou até estudos recentes. Neste campo, o último contributo, já de aquisição antiga, continua a ser a absoluta convicção que não são os portadores de vasos campaniformes quem introduz na fachada atlântica a meta-

lurgia do cobre. Os dados da Rotura, de Santa Justa e de tantos outros sítios confirmam-no largamente.

No que se refere às práticas funerárias e votivas, salvo algum contributo sobre a Deusa dos Olhos de Sol, as placas de xisto gravadas e os artefactos votivos de calcário, não se juntaram dados em número e qualidade suficientes para permitir sínteses sustentáveis.

Quanto à cronologia, porém, graças a António Monge Soares (e aos arqueólogos de campo a quem as circunstâncias de conservação da matéria orgânica permitiram o uso desta metodologia, nomeadamente Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, para Monte da Tumba, João Luís Cardoso, para Liceia, H. Schubart para o Zambujal, eu próprio para Santa Justa, Sala n.º 1 e Monte Novo dos Albardeiros) a situação neste início de milénio mudou radicalmente. Refira-se aqui, com o merecido destaque, a excelente sequência de Liceia, neste momento, e no meu entender, a mais usável da Península.

Quanto ao enquadramento mais amplo dos fenómenos que se desenrolam no Ocidente peninsular na transição do 4º para o 3º milénio, e sobretudo durante os primeiros séculos deste, a utilização do modelo de Sherratt parece incomodar alguns académicos, conhecidos partidários da «teoria da última semana» (e que portanto se sentem obrigados a considerá-lo *old fashioned*...). No entanto, curiosamente, o seu uso deriva da verificação no terreno de realidades em que o modelo funciona, adaptado naturalmente aos contextos locais, particularmente à arqueometalurgia, que o diversifica e o torna aqui mais inteligível. É bem diferente, como veremos, de testar modelos, construídos a partir de outros modelos, com novos modelos, tão distantes já do terreno que nos encontramos no sem dúvida estimulante e poético território das possibilidades apenas possíveis. Aqui, nem apocalípticos nem integrados têm, à partida, razão (e à chegada também não...).

2. Calcolítico, sociedades arqueometalúrgicas e a evolução das antigas sociedades camponesas

Basicamente, misturar conceitos derivados de concepções distintas e construídos com critérios diferencia-

dos, e frequentemente incompatíveis, é sempre um exercício arriscado. Mas não impossível, e ainda menos desinteressante.

O conceito de *Calcolítico* assenta na importância patognomónica atribuída à continuação do uso do talhe da pedra (normalmente o sílex, mas também o *chert* e até mesmo o xisto jaspóide), ao mesmo tempo que os artefactos de cobre passam a ser *fabricados* ou *usados*, o que, como sabemos, não é exactamente a mesma coisa.

O conceito de *sociedades arqueometalúrgicas* aplica-se a grupos que conhecem e praticam a fusão do cobre e utilizam os lingotes ou artefactos para uso próprio ou para comércio.

As *antigas sociedades camponesas*, um conceito que uso frequentemente, são sociedades que iniciam, prosseguem e desenvolvem um processo de sedentarização, equilibrando-se em função dos recursos disponíveis, caçando, pastoreando e agricultando (inicialmente em pequena escala), construindo relações dinâmicas com os recursos disponíveis. É a expressão mais envolvente e descomprometida de todas, referindo-se a situações que, em termos de terminologias tradicionais, teriam tanto que ver com o Neolítico «antigo» como com o «médio» ou o «final» ou «recente» e até mesmo com o advento da *Revolução dos Produtos Secundários* que, na sua versão peninsular, destabiliza as sociedades preexistentes, introduzindo uma profunda crise que apenas se resolve com o colapso dos arqueometalurgistas e a introdução das tecnologias mais avançadas próprias ao que tradicionalmente se designa por Idade do Bronze. E, sobretudo, de outros modelos sociais. Conceito demasiado abrangente? Acaso o Paleolítico inferior, o médio ou o superior englobam modelos únicos de sociedades? Ou fatias de tempo curtas? Conceito sem dúvida preferencial a essa horrível expressão, que cuidadosamente evito, de «Pré-História recente»...

A utilização de conceitos únicos, de aplicação exclusiva, é uma forma tipicamente simplista e mesmo totalitária de pensar. Por isso mesmo útil a quem não pensa ou não tem que lidar, no terreno, com a extrema diversidade das situações, essa realmente uma «perigosa» realidade. Que o prato ou a taça carenada estejam um

para o outro em proporções de 15 ou 25 % não é facto inquietante. Inquietante é que se use essa indubitável observação como a única chave dos universos possíveis, aqui, naturalmente, e muito adequadamente, apenas um só.

Ontem

1. O princípio

Desde o séc. XIX que monumentos e sítios referentes à Idade do Cobre foram como tal identificados e referidos por autores tão diversos de formação e escopo como Estácio da Veiga e Cartailhac, referidos em sínteses como a de Augusto Philippe Simões e citados já na época negra da Arqueologia em Portugal, por investigadores como Nils Åberg.

Alguns dos componentes básicos do *puzzle* estavam assim desde cedo disponíveis: as grutas artificiais e os *tholoi*, a nível das práticas funerárias, substituindo as antas, cerâmicas de referência como a folha de acácia ou o próprio campaniforme.

Sítios como a Rotura e complexos funerários como as grutas artificiais do Casal do Pardo constituíam-se lentamente num suporte para construções que tardavam e, quando surgiam monograficamente (nestes exemplos, sob o impulso de A. I. Marques da Costa), não eram acompanhadas por teorizações específicas, nem justificavam outros desenvolvimentos senão a admiração causada pelo ineditismo ou pela excelência do espólio recolhido.

Por mais paradoxal que pareça, no contexto das arqueologias «teoria zero», que dominam o panorama português do séc. XX até fins da década de 70, apenas a sombra pouco ouvida de Estácio da Veiga restava. Autor de algumas das passagens teóricas mais interessantes sobre o Calcolítico, para ele «Cuprolítico», mais propriamente, o arqueólogo algarvio é, de uma ou outra maneira, dos investigadores que traça com maior empenhamento linhas de compreensão para os fenómenos que detecta na vastidão algarvia. E não deixa de ser curioso que esse estranho homem do séc. XIX, amador de orquídeas, perseguido pelo poder cul-

tural central, e sem dúvida a mais importante vítima de Leite de Vasconcellos, se interesse relativamente pouco por artefactos e procure sobretudo tentar compreender a sua origem e em que fases do desenvolvimento da Humanidade eles se enquadram. Remetido hoje, pelo interesse e carinho típico dos algarvios para com os seus melhores, para o esquecimento institucional (deram o seu nome a uma miserável ruela de Faro), o oblióvio que intencionalmente envolveu o seu nome atrasou, por exemplo, em quase 100 anos o estudo dos menires de Portugal. E, em fins do séc. XX, a própria cartografia oficial da região que estudou como pioneiro não recriou o grande projecto do séc. XIX, o único em Portugal a tentar estabelecer linhas integradas de entendimento para um espaço coeso e geograficamente autónomo.

Assim, a discussão de títulos, designações, nomes, origens, do Calcolítico, ou das sociedades agro-metalúrgicas, ou das sociedades camponesas avançadas, morre pouco depois de começar e as perspectivas de explicação teórica de esses fenómenos são, durante muito tempo, totalmente inexistentes.

2. Vila Nova de S. Pedro

Porém, de todos os sítios que marcaram profundamente (pela negativa, sobretudo, mas também, de algum modo, pela positiva) o estudo do Calcolítico em Portugal, Vila Nova de S. Pedro ocupa um lugar ímpar.

Todos sabemos, mesmo passada já a idade das paixões, que Vila Nova de S. Pedro foi pessimamente escavada e ainda pior (se é possível) interpretada. E todos sabemos também que, na época, só mesmo o contexto nacional explicaria (e mal) essa situação, certamente muito rara na Europa.

Mas seja-me permitido avançar que há, apesar de tudo, neste negro panorama da destruição encarniçada, repetida e sistemática, de um importantíssimo monumento calcolítico, três contribuições a reter.

A *primeira* refere-se à diversidade de informação fornecida por um espólio que vai pelo menos desde o início do terceiro milénio até aos primeiros séculos do segundo.

A *segunda* diz respeito à noção da importância, em inícios do terceiro milénio, dos dispositivos defensivos como forma de proteger habitats de dimensão reduzida, defendendo assim, mais que pessoas, riquezas acumuladas.

A *terceira* refere-se ao difuso universo do simbólico, aqui representado por um importantíssimo ritual de fundação e por artefactos mágico-religiosos que vão de placas de xisto com gravação geométrica a artefactos votivos de calcário e a símbolos desgarrados, gravados de forma a sacralizar artefactos de uso comum como os pesos de tear e, eventualmente, os «ídolos de cornos».

Mas poderíamos acrescentar questões como a metalurgia do cobre, as tecnologias cerâmicas (um forno em pleno núcleo central da fortificação) ou, naturalmente o dispositivo defensivo, concebido de uma forma indiscutivelmente planeada e, depois, readaptado a novas circunstâncias defensivas, com a construção de espaços compartimentados entre a segunda e a terceira linha de muralhas, como as minhas próprias escavações evidenciaram.

Vila Nova de S. Pedro é um ciclópico desperdício de informação e nem as situações diferentes verificadas em outros sítios colmatam as gigantescas perdas ou mesmo o esforço de Savory para compreender, quase *a posteriori*, a estratigrafia e a sequência de ocupações.

3. A Pedra d'Ouro

A escavação precoce e praticamente exaustiva da Pedra d'Ouro revelou um sítio bizarro no contexto calcolítico da Península de Lisboa.

Em primeiro lugar, impressionava pela fragilidade das estruturas defensivas, em segundo, pela presença maciça de cerâmica com decoração folha de acácia.

Como em muitas escavações daquela época, nunca saberemos se as proporções estatísticas das cerâmicas estão correctas, tantas vezes era habitual recolher apenas selecções de materiais, sacrificando sobretudo as cerâmicas não decoradas, mas também fragmentos de menores dimensões. Pelo que a imagem da presença

da folha de acácia pode não corresponder a uma situação tão significativa quanto parece.

Mas as estruturas defensivas estão lá e confirmam a fragilidade do conjunto, que mais parece uma «construção de emigrante» que uma fortificação original. Esta imagem, indiscutível para os estreitos muros (difícil parece chamar-lhes *muralhas*) que formam o trapézio que ocupa a extremidade do esporão, e para as pequenas torres, mais decorativas que funcionais, pode, no entanto, sofrer matizes. Com efeito, em 1973 escavei muito brevemente na Pedra d'Ouro e, partindo do Muro 3 referenciado por Schubart e Sangmeister, uma torre oca. Assentava sobre o lapiás, pelo que era indiscutivelmente antiga, possivelmente anterior à área «fortificada» referida, mas com apenas uma fiada de pedra era difícil extrair considerações mais relevantes.

A turbulência dos anos seguintes (e a recusa de financiamento para a continuação do processo de desenho das estruturas) impediram-me de prosseguir, mas um facto permanece como muito importante: a área protegida por muralhas era muito maior que a definida pelo trapézio inicialmente reconhecido.

Hoje, podemos ver as questões em aberto que Pedra d'Ouro nos deixou, naturalmente próximas, mas também distintas das de Vila Nova de S. Pedro. Em comum, a metalurgia do cobre e o lugar dos portadores de vasos campaniformes na sequência de uso das estruturas. Com peso diverso, o lugar das cerâmicas folha de acácia.

4. O corte Zambujal

O desastre Vila Nova de S. Pedro não foi substituído por um êxito científico total, mas a escavação do povoado fortificado do Zambujal, não livre de graves erros metodológicos, representa, do ponto de vista da arquitectura defensiva calcolítica, um enorme passo em frente, não se esquecendo, claro, a limitação do uso pelos indígenas actuais de monografias totalmente redigidas em alemão, língua inacessível à maioria dos arqueólogos portugueses e castelhanos, situação que critiquei desde muito cedo e que ainda hoje, na Europa comunitária, não vejo como alguém poderia aceitar com naturalidade.

No Zambujal, tudo correu mal, poderíamos dizer, mas afirmá-lo sem reservas seria de uma ligeireza que sabemos inaceitável. Na realidade, a contribuição da equipa de Schubart é essencial para o conhecimento das fortificações calcolíticas e o trabalho de Michael Kunst inestimável para a recuperação dos dados artefactuais minimizados pelos seus antecessores.

É muito fácil criticar, de um ponto de vista teórico, quaisquer contribuições em Arqueologia, mas a realidade de campo torna-nos sempre mais moderados e ensina-nos que inaceitáveis só a intolerância e a estupidéz. E essas, felizmente, estão ausentes da maioria dos estudos sobre os dispositivos defensivos calcolíticos.

O «modelo oriental» emerge aqui de uma forma consistente, apesar de subjacente a todas as publicações da dupla Jalhay/Paço para Vila Nova de S. Pedro. Mas é significativamente em torno ao Zambujal que irão surgir reacções mais ou menos violentas, «indigenistas» ou não. Talvez a interpretação avançada para a barbacã ou o próprio desenho dos arceiros calcolíticos apresentado na primeira monografia tenha irritado sentimentos um pouco chauvinistas, mas parece-me que ninguém levava muito a sério as interpretações de Afonso do Paço, enquanto o peso da autoridade de Schubart e Sangmeister suscitava outro respeito e justificava, naturalmente, um outro tipo de reacção.

Não tenho pessoalmente dúvidas que a reacção ao modelo oriental se forja assim duplamente, a partir de dados de campo e a partir de teorizações, incluindo a importância que a análise marxista ganha desde o início da década de 70. A partir dos dados de campo, a situação é, porém, muito complexa, uma vez que, ao contrário da colonização fenícia ou da invasão romana, não existem artefactos «orientais» em quantidade suficiente para suportar o modelo. Apenas o conceito das fortificações pode representar com alguma maior probabilidade uma importação, representando uma alteração conceptual importante em relação ao uso de fossos defensivos, ou para simples delimitação dos povoados, o que poderia ser «indígena», se não fosse tão corrente na Europa neolítica e calcolítica.

Parece-me claro haver vários tipos de «fortificação», envolvendo sítios de dimensão demasiado distinta para

que o conceito não necessite de ser clarificado caso a caso. E de função defensiva indiscutível. Quem ousará falar de simbolismo para o complexo fortemente protegido de Los Millares? Não apenas incluindo uma área fortemente protegida por extensas muralhas e torres, mas ainda objecto de uma primeira linha de vigilância e defesa constituída por fortins e, sobretudo, por guarnições permanentes?

Claro que os símbolos também se abatem, basta recordar os menires derrubados pelos próprios calcolíticos (já para não falar do caso bretão), ou, muito mais tarde, os santuários ibéricos. Mas as torres derrubadas são reconstruídas e os espaços recortados numa nova estratégia que coincide em Zambujal e Vila Nova de S. Pedro com uma muito provável retracção demográfica.

Temos assim, lidos não apenas a partir de Zambujal e Vila Nova de S. Pedro, mas também a partir de muitos outros sítios da mesma época e com características semelhantes, uma situação de confronto, que já estaria resolvida cerca de 2500, em anos de calendário. E, então, sobre as muralhas definitivamente derrubadas, instalar-se-ão, *sem as reconstruir*, grupos portadores e fabricantes de vasos campaniformes.

5. Santa Justa, o Algarve e o recomeçar

Numa altura das nossas vidas em que a grande ceifeira, que pouco tem a ver com a agricultura neolítica (e cujas armas são muito mais eficientes que as «foicinhas» calcolíticas) começa a espreitar, colocamo-nos por vezes dúvidas e questões que em contextos de maior juventude nos parecem desnecessárias.

Sem dúvida que escavaria Santa Justa de forma diferente se tivesse tido mais tempo, muito mais dinheiro e, também, naturalmente, mais sabedoria. No trabalho que confluíu na minha tese de doutoramento existem certamente erros, o menor dos quais acaba por ser a descrição do envolvimento territorial de Alcalar, onde me enganei, quando descrevi o terreno não de acordo com as minhas próprias observações de campo, mas, *a posteriori*, de acordo com a localização que o cartógrafo erradamente atribuíra ao sítio...

Mas a escavação do Cerro do Castelo de Santa Justa

e o estudo da ocupação calcolítica do Alto Algarve Oriental não teve outros erros de reter e em legítima defesa se diga que se fez num vazio total de informação. As duas grandes referências disponíveis, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal não ajudavam minimamente na determinação de estratégias de campo, uma vez que, no primeiro caso, pura e simplesmente não existiam e, no segundo, pareciam convergir exclusivamente no estudo das sequências de construção.

O Cerro do Castelo de Santa Justa trouxe-nos uma nova realidade e um conceito que me parece interessante, o de «quinta fortificada». Com efeito, considerando as reduzidas dimensões do sítio e a absoluta ausência de ocupação na encosta mais íngreme, o número de habitantes seria demasiado restrito para que se pudesse falar de uma aldeia, seja qual for o número mínimo que se estabeleça para o conceito.

Santa Justa foi também o pretexto para se aplicar em Portugal, pela primeira vez para este período, metodologias e conceitos derivados da «escola inglesa de agricultura antiga», a partir dos textos de Jarman, Higgs e Vita-Finzi, lidos ainda nos bancos da Faculdade e discutidos, durante esses anos de aprendizagem, com José Arnaud, que os queria aplicar ao Alentejo neolítico.

Nesta linha, se publicaram blocos-diagrama (uma contribuição derivada dos ensinamentos de uma excelente geógrafa, a Prof.^a Suzanne Daveau Ribeiro) e *site-catchments* não apenas para os sítios do Alto Algarve Oriental, mas também para o Alentejo (Sala n.º 1, Mangancha, Monte Novo dos Albardeiros e Marco dos Albardeiros), Estremadura (Vila Nova de S. Pedro).

Ver o tempo no espaço, como então escrevi, ou ver Santa Justa em enquadramentos tão amplos quanto possíveis, objectivo partilhado com outros sítios e outros companheiros de percurso.

Santa Justa mostrou-nos também a ausência localizada de uma ocupação campaniforme datável da primeira metade do 3.º milénio, uma vez que na segunda o sítio já deveria estar desactivado. Uma pequena comunidade de arqueometalurgistas, vivendo em terras más, resultante provavelmente de um processo a que chamei «enxameamento», colonização de terras disponíveis, ainda que piores que as de origem, por grupos

equipados com tecnologias que lhes permitiam sobreviver em território hostil para outros e vivendo de acordo com o reequilíbrio que só as redes de povoamento permitem: trocas a nível local e regional.

6. Alentejo calcolítico

Se a Estremadura beneficiava de uma prioridade indiscutível, o Alentejo foi, de algum modo compreensivelmente, a mais sonolenta região calcolítica e a que levou mais tempo a despertar.

Mas sítios como o Cerro dos Castelos de Serpa, Sala n.º 1, Mangancha, Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros e Marco dos Albardeiros, Areias 15, Juro-menha 1, Cabeço do Cubo, Santa Vitória, evidenciaram as complexas tramas de passagem ou substituição que registaram as alterações do 4.º para o 3.º milénio, o fim de um tipo de sociedades camponesas e a emergência de outro. De algum modo, podemos esperar que os estudos monográficos ou as notícias preliminares referentes a estes sítios (algumas pendentes há demasiado tempo) nos tragam alterações substanciais, idênticas às que um estudo pioneiro de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares implicaram para o Baixo Alentejo e Algarve.

Parece-me ainda hoje que a questão mais importante, mas talvez, neste contexto, a menos interessante, é saber se as últimas sociedades neolíticas se transformaram nas primeiras calcolíticas ou se foram pura e simplesmente assimiladas ou destruídas por estas, de origem exterior ao espaço que ocupavam.

Provavelmente, e ao ritmo actual da pesquisa, estaremos longe de o saber e, admitindo que alguma vez o venhamos a conseguir, o mais provável será o ruído da informação ser superior a ela própria, deformando irreversivelmente a imagem obtida.

Claro que o desespero não é ainda total: a descoberta em Reguengos de Monsaraz de uma sequência construtiva megalítica, em que *tholoi* calcolíticos sucedem a monumentos megalíticos anteriores, até agora sempre antas de corredor, é um processo que se inicia com os trabalhos em Farisoa 1 e Comenda 2, mas que obtém clara confirmação na anta 2 do Olival da

Pega e na anta 2 dos Cebolinhos, permitindo avançar com as mais estimulantes hipóteses de trabalho que o Calcolítico no Alentejo possibilitou na segunda metade do séc. XX.

Fortificações como Monte da Tumba e Monte Novo dos Albardeiros sucedem-se temporalmente a um tipo de povoados abertos que José Arnaud definira, independentemente das cronologias, em Famão e Aboboreira.

7. Liceia

Pela persistência e dedicação de João Luís Cardoso, Liceia marca hoje de forma indelével o nosso conhecimento do Calcolítico da Península de Lisboa. Discorde-se, como eu, de algumas interpretações demasiado confiantes para a magreza ou a fiabilidade intrínseca dos factos (canibalismo tópico, significado e datação da ocupação campaniforme...), ficará sempre a sequência de estruturas, conjuntos artefactuais e as datações¹⁴C. Liceia cavalga o *ontem* e entra no *hoje*, de forma exemplar neste fim de século, numa recuperação de dados que, estratigraficamente, só tem paralelo no caso do recentemente retomado Penedo do Lexim.

É legítimo colocar, no entanto, algumas questões a este sítio quase ribeirinho, mais propriamente a cavalo entre duas realidades, ele próprio na charneira de territórios com características distintas.

Podemos começar pelo Campaniforme, quanto a mim, a menos convincente das situações aí registadas. O exemplo de Vila Nova de S. Pedro e do sítio ainda em escavação do Porto das Carretas coloca, tanto para a Estremadura como para o «interior», a situação do campaniforme como um fenómeno tardio, assente já em ruínas do antigo modelo socio-económico que gerou os povoados fortificados. A antiguidade proposta para a estrutura campaniforme em Liceia não me parece sustentável. A localização explícita do lugar onde se identificaram cerâmicas campaniformes e fenómenos pós-deposicionais poderiam ter gerado uma situação em que estratos datáveis da primeira metade do 3º milénio se misturaram com outros, formados já após o abandono da fortificação. De qualquer forma, o campaniforme não tem em Liceia um peso estatístico ou

uma coerência a nível da área ocupada para que possamos tratá-lo como uma «fase». Como em outros sítios, pode ser uma ocupação oportunista de um espaço ainda cheio de restos de ocupações anteriores e, na realidade, mais recente do que parece.

No outro extremo, outro ponto importante tem que ver com a ocupação pré-calcolítica, com taças carenadas, colocada por J. L. Cardoso (e bem) no Neolítico final. Seria muito interessante sabermos se existe uma efectiva continuidade na ocupação do sítio a partir de essa instalação ou se, na realidade, ele está abandonado quando se constróem as muralhas. Não se entenda esta observação como uma crítica à maneira como os dados foram tratados, mas como uma dúvida que sabemos ser muito difícil de esclarecer. O facto de uma realidade existir antes de outra não quer dizer que tenha com o que se lhe seguiu qualquer relação. É o caso quase pateticamente óbvio da Quinta das Longas e de S. Cucufate, em que a ocupação imediatamente anterior à construção das *uillae* é...neolítica, com pelo menos 3000 anos, se não mais, a separá-las. Por outro lado, tal como na construção das *uillae*, a construção de muralhas implica terraplanagens, regularizações mais ou menos generalizadas dos solos sobre os quais irão assentar os alicerces, e aí tudo pode efectivamente acontecer.

É assim natural que tenhamos muitas dúvidas sobre a sequência do Neolítico final ao Calcolítico (neste como em outros sítios). O que é péssimo para esclarecer a aparente não-razão dos argumentos indigenistas radicais.

Também poderíamos hesitar entre a conexão de níveis com copos ou com cerâmica folha de acácia e a construção, reconstrução e abandono das fortificações. Os copos reúnem, bem o sabemos, um conjunto de estilos decorativos, e mesmo de temas, desconhecido antes e depois do seu aparecimento no Centro de Portugal. E importante não é tanto o seu aparecimento, mas sobretudo a geografia da sua distribuição e a rapidez com que parecem desaparecer do registo arqueológico, tal como se fossem produtos de estética sem raízes, cujo interesse se perdeu com desaparecimento ou aculturação dos seus portadores.

Quanto à «indígena» folha de acácia, cujo uso na Península de Lisboa (e no próprio Alentejo) se inicia no Neolítico antigo «evolucionado», não deixa de ser interessante o facto de abundar na Pedra d'Ouro e Liceia, tão rara sendo em Vila Nova de S. Pedro. Num raciocínio simplista, poderíamos dizer que Vila Nova ocupa uma posição de frente de ataque a um território já ocupado, sem retaguardas a defender, com poucas trocas com ele, o que, pela respectiva posição, não seria obviamente o caso de Zambujal, Pedra d'Ouro ou Liceia. Mas saber qual a associação entre a construção e reconstrução de muralhas e os oleiros da folha de acácia é algo ainda por compreender em Liceia.

Hoje

1. A metalurgia do cobre está presente no actual território português a partir de um momento indeterminado, mas certamente não anterior ao último século do 4º milénio, em anos de calendário, ou mesmo ao primeiro do 3º milénio.

Nem todos os dados estão naturalmente disponíveis: a refusão de artefactos quebrados, com acentuado desgaste de uso ou obsoletos, é uma constante europeia e as primeiras fases de essa arqueometalurgia devem procurar-se em escórias e pingos de fundição, cadinhos e eventualmente moldes, não sendo relevante o escasso número de artefactos.

Todos os componentes reais da arqueometalurgia são de uma significativa inutilidade: qualquer furador ou broca neolítica de sílex tem um grau de operacionalidade muito superior ao de um furador de cobre, até mesmo uma lâmina de *chert*, que está longe de ser uma matéria prima de primeira qualidade, corta melhor que uma lâmina de cobre, até um geométrico bem montado é uma ponta de projectil mais eficaz que um aponta de dardo tipo Palmela. Para não falarmos já do índice de eficácia de um machado de anfíbolite, cortador de árvores, com menos massa e gume muito mais duradouro que o de um machado de cobre.

O cobre é assim, no início, uma inutilidade funcional e o seu verdadeiro papel só pode ser entendido no tempo longo, em que ele é afinal o arranque de toda

a aventura metalúrgica, que nos trará ao ferro forjado e ao aço e alumínio com que construímos hoje as nossas cidades.

2. A Revolução dos Produtos secundários é, como a maior parte dos modelos da segunda metade do séc. XX, uma realidade muito flexível. Na realidade, só por miopia intelectual poderíamos considerar a RPS como um dogma importado ou um produto de fusão a altas temperaturas, em que os componentes se não podem separar uns dos outros, anulando assim a possibilidade de uso em outras combinatórias. Ao elaborar o modelo, Sherratt usou uma explicação verdadeiramente estrutural, revestida por circunstâncias específicas, cuja presença ou ausência não invalida o significado do conjunto.

Tal como a primeira Revolução neolítica, que determina a emergência das antigas sociedades camponesas, como o arranque da arqueometalurgia ou o próprio fenómeno megalítico, a RPS é, ao mesmo tempo, um fenómeno estrutural e estruturante, que mobiliza uma grande diversidade de componentes.

Por isso mesmo é tão fácil defini-la. Por isso mesmo, e salvo o Oriente, em poucos lugares a sua difusão repetiu fielmente as associações de origem. Um pouco como o primeiro «pacote» neolítico, o que se explica aliás por a RPS produzir na realidade um «segundo pacote neolítico» que, devido ao Tempo, funciona numa realidade muito mais complexa que a anterior.

3. As fortificações que foram detectadas no Centro e Sul de Portugal têm histórias diferentes e permitem definir situações de significado muito distinto. Os dispositivos defensivos de Vila Nova de S. Pedro, Pedra d'Ouro, Zambujal, Liceia, Santa Justa, Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros, situam-se como um bloco, e de forma claramente contrastante, em função ao grande sítio de referência do Sudeste, Los Millares, aproximando-se mais do Cabezo de los Vientos e de outros sítios fortificados de pequena dimensão, repetindo o conceito que introduzi em 1989 de «quinta fortificada», de que se parece reclamar grande parte deles.

O fenómeno das fortificações é um fenómeno mediterrânico, mas em todas as suas manifestações traduz

uma importante componente de reconstrução local do conceito e é isso que lhe dá uma tão grande individualidade na indesmentível diversidade.

4. Após a série crescente de informações radiométricas calibradas, usei muitas vezes como um conceito operativo a ideia que a transição do 4º para o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal teve um significado paradigmático e se tratou efectivamente de um momento concreto em que comunidades «neolíticas» tardias, de pastores e pequenos agricultores, defrontaram grupos detentores das tecnologias da RPS, obrigando-os a construir fortificações onde sentiriam seguros os seus excedentes e, naturalmente, eles próprios. Continuo convencido que o significado simbólico é, na maioria de estes casos, nulo ou muito restrito, sendo o económico e estratégico definitivamente importante. A destruição e a reconstrução de torres e panos de muralha não parece ter a ver com simbolismos revistos ou acrescidos, mas com a tradução de efectivos confrontos, originando reparações pontuais ou mesmo revisões estratégicas dos dispositivos defensivos. Claro que nem sempre assim aconteceu e a Pedra d'Ouro poderia exactamente ser um exemplo tão parecido com a construção na Península de Lisboa de arremedos grosseiros, mas imediatamente reconhecíveis, de castelos do Loire, ucrónia compreensível pelas similitudes processuais. Mas também não podemos esquecer que o frágil e «simbólico» conjunto da Pedra d'Ouro era protegido pelo menos por mais uma linha de muralhas, com torres, arrasadas até aos alicerces, é certo, mas que, no momento da construção, fechariam com segurança um dos acessos mais fáceis do povoado.

A transição do 4º para o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal marca assim, em meu entender sete situações, entre outras:

1. a chegada de influências mediterrâneas por via marítima e terrestre, tal como no Neolítico antigo, sendo as primeiras as mais antigas detectadas e as segundas as que a investigação patenteou nos últimos dez anos no Baixo Alentejo e Algarve;

2. o aparecimento de rupturas verticais na paisa-

gem, definindo uma ocupação do espaço agressiva, contrastante com a horizontalidade da ocupação anterior

3. o confronto entre dois modelos sociais e económicos, o último dos quais consubstanciando a fusão da metalurgia do cobre com outros elementos da RPS. Confronto certamente agressivo, ainda que não necessariamente na origem;

4. o arranque de novas simbologias lidas nas práticas funerárias de enterramento colectivo (*tholoi*), substituindo as deposições fúnebres unifamiliares ou de grupo restrito, pela utilização por uma só comunidade de um espaço comum;

5. o aparecimento de novos artefactos votivos de cariz mediterrânico, os artefactos votivos de calcário;

6. o aparecimento de adaptações simbólicas novas sobre suportes mais antigos: a Deusa dos Olhos de Sol representada sobre placas de xisto com decoração geométrica;

7. numa área determinada (e até agora única) um fenómeno sistemático de satelitização ou reocupação de antigos monumentos funerários. É o caso dos *tholoi* de Reguengos de Monsaraz, construídos em anexo a grandes antas de corredor, mas também reocupando monumentos de menor dimensão, como Pedra Branca ou, em Torres Vedras, Cabeço da Arruda.

Nenhuma de estas situações tem antecedentes conhecidos e se o abandono da estratégia construtiva marcada pela defensabilidade efectiva traduz uma nova situação, as práticas funerárias só em fins do terceiro milénio encontrarão outras soluções, baseadas em novos pressupostos mágico-religiosos.

5. Como sempre, quando se verificam alterações profundas nas sociedades, alterações detectáveis pelo processo arqueológico, uma das primeiras soluções consiste em mobilizar definições para os actores: indígenas e (ou) colonos. Devo dizer que sempre me pareceu que, nas suas formulações mais ortodoxas, tanto difusionismo como indigenismo se revestiam exactamente dos mesmos erros de perspectiva. Com efeito, não deixa de ser significativo que os indigenistas mais intransigentes não ponham minimamente em causa a coloniza-

ção fenícia ou mesmo a romana. Mas, na verdade, só por que a massa documental sobre a presença fenícia não permite dúvidas e todos hoje falamos línguas mais ou menos derivadas do romano que, como ninguém discute, veio de Roma... E, como sabemos, a Península, nesses contextos, estava longe de ser um deserto. Indígenas sempre os houve, mesmo que na fase em que já o eram se tivessem já esquecido do momento em que ainda o não tinham passado a ser.

É portanto por uma questão de dados, do seu número e da sua fiabilidade, e não por posicionamentos prévios, que a questão merece ser discutida.

6. A existência de um confronto é indiscutível: muralhas e, sobretudo, a sua reconstrução e alteração frequentes são provas evidentes de uma situação inconfundível.

Mas a resposta à pergunta «quem contra quem» não é simples e unívoca. Poderíamos dizer «colonos contra indígenas» ou talvez, numa outra possibilidade, «1ª Revolução neolítica em esgotamento vs. 2ª Revolução neolítica». Duas populações, uma exógena, indígena a outra, ou dois modos de vida. Ou ambas coisas.

7. Se houve um confronto, como parece claro, houve um momento algures na segunda metade do 3º milénio em que ele terminou.

Amanhã?

Que ironia, para um reconstrutor de passados, propor-se ver, tal adepto da psico-história de Asimov, o futuro. Que a nós não pertence, como se sabe, mas ao acaso e aos fluxos da moda que percorrem a Arqueologia e tornam num tempo o Campaniforme na mais apetecível das buscas, as fortificações noutra dada altura e, agora, o Neolítico antigo e os fenícios, uma vez que de romanos estamos todos cansados.

Mas, e perdoem-me a ousadia de começar, mais uma vez, um parágrafo por uma adversativa, porque não?

Talvez se a Associação dos Arqueólogos Portugueses existir ainda no início de novo século se possa ver até que ponto estávamos todos enganados e importante importante só mesmo o primeiro pitecantropo português...

1. Monumentos e sítios

No que se refere aos sítios em pesquisa, seria tentado a dizer que, para o primeiro quarto do século, na Península de Lisboa, esgotado o manancial informativo de Zambujal e Liceia, e dos sítios já conhecidos, nos resta esperar pelos novos dados referentes ao Penedo do Lexim. O que é esperança garantida, se considerarmos o investimento pessoal e autárquico que naquele sítio está agora a ser feito.

No Alentejo, as grandes novidades concentram-se em torno ao Neolítico antigo e «médio» do litoral alentejano e de Reguengos de Monsaraz (Vale Pincel, Xarez 12, Carraça 1...). Para o Calcolítico, a margem esquerda do Guadiana médio, na sequência da mega operação de salvamento do Alqueva, contribuirá certamente com novos e importantes dados sobre povoados fortificados e Campaniforme. Os estudos monográficos para o Porto das Carretas e outros sítios, felizmente contratualmente assegurados com datas precisas, virão juntar-se aos que se esperam das monografias de Monte Novo dos Albardeiros e Perdigões, particularmente dispondo este último sítio de financiamentos únicos no caso do Calcolítico alentejano.

Quanto aos monumentos funerários, veremos certamente novas contribuições para o Alto Alentejo e para o megalitismo de Reguengos, neste último caso sobretudo pelos trabalhos em Olival da Pega, Cebolinhos 2 e Santa Margarida. Também aqui o Alqueva acaba por permitir o estudo do subgrupo oriental de Reguengos de Monsaraz e das antas do Degebe e será fascinante comparar os resultados obtidos. O súbito incremento da área de Arqueologia da Universidade do Algarve contribuirá sem dúvida para o avanço em domínios aí tão mal conhecidos como o Neolítico antigo, mas os trabalhos em Alcalar parecem prosseguir e o importante hipogeu de Monte Canelas está efectivamente por publicar monograficamente.

2. As questões?

Mais fácil do que falar sobre sítios (esperamos que muitos venham ainda a ser descobertos) é falar sobre ques-

tões pendentes. Posso enumerar algumas, referentes a povoados, necrópoles e símbolos:

Povoados

1. Qual a efectiva localização e duração, em termos de cronologia absoluta, dos povoados com fossos ou estruturas negativas, tipo Cabeço do Cubo, Santa Vitória, Juromenha 1, Perdigões 1, TESP3, Marco dos Albardeiros;

2. Qual a origem da componente humana de esses sítios. Totalmente local?

3. Como se relacionam com os povoados calcolíticos fortificados registados para as mesmas áreas?

4. Quais são os componentes em confronto: indígenas vs. colonos ou indígenas vs. indígenas?

5. O que explica o colapso de uns e outros, isto é: o fim dos povoados com fossos de protecção e o abandono das fortificações baseadas no conceito «muralha e torre»?

6. Qual o papel da arqueometalurgia e da RPS na agitação social verificável na transição do 4º para o 3º milénio, em anos de calendário?

7. A transição do 4º para o 3º milénio marca realmente a passagem de práticas económicas centradas no pastoreio e na pequena agricultura para a agricultura intensiva e a diversificação dos recursos típica do Calcolítico?

Necrópoles, práticas funerárias e outras manifestações simbólicas

1. Em que momento se situa efectivamente o fim das práticas de construção megalíticas ortostáticas?

2. As construções megalíticas anteriores ao 3º milénio destinam-se exclusivamente a enterramentos individuais ou mono-familiares?

3. A primeira metade do 3º milénio é exclusivamente ocupada por enterramentos colectivos em *tholoi* e na segunda assistimos ao retorno às práticas de enterramento individual e à reutilização de espaços anteriores?

4. A anexação de novos monumentos, *tholoi*, a antas de construção obviamente anterior traduzem um tomar de posse de um espaço sagrado preexistente ou uma

evolução local, que adopta novas práticas construtivas, mais adaptadas a um tipo de sociedade totalmente novo?

5. As placas de xisto gravadas com motivos geométricos e as antropomórficas de grés esculpido são manifestações diversificadas de um único e mesmo fenómeno?

6. As placas de xisto gravadas com os motivos da Deusa dos Olhos de Sol indicam uma evolução ou uma inovação simbólica sobre um mesmo suporte?

7. O ritual do ocre vermelho tem que ver com uma tradição que remonta conceptualmente ao Paleolítico superior ou traduz uma recriação pontual de uma fórmula baseada na associação sangue-vida-morte?

3. Os modelos?

Modelos não abundam para explicar fenómenos sobre os quais a informação é tão escassa como de raiz incompleta.

Modelos como o «enxameamento», a RPS ou a explicação puramente simbólica das construções defensivas, o polimorfismo, a colonização (e o indigenismo) constituem hoje o que os modelos efectivamente são: instrumentos para organizar o caos. Mais que chaves que abrem portas ou soluções pronto a vestir, modelos são tentativas de organizar a informação, baseados em triagens de factos fiáveis. Por vezes, insurgi-me contra o uso imoderado de teorizações, quase todas de origens anglófonas, onde o peso das palavras e do pensamento teórico ultrapassa de longe o que os factos permitem dizer. Mas nada disto é estruturalmente errado, o essencial é que se não perca a noção da realidade e se não esqueça que a boa prosa não quer necessariamente dizer boa interpretação. O espaço é tão amplo que todas as perspectivas são não apenas possíveis e admissíveis como realmente necessárias.

Olhamos hoje as muralhas calcolíticas com um sentimento misto, já não de surpresa, tão frequentes elas se tornaram na dobra do milénio, mas de apreensão perante a dificuldade que temos em as compreender. Mas o mundo mudou, tanto na altura em que elas foram construídas como agora, em que as estudamos.

Para quem as construiu, o dispêndio em tempo e trabalho implicou necessidade e talvez urgência. O que não quer dizer que se não tivessem localmente tornado num símbolo da segurança e relativa prosperidade permitidas por um novo modo de vida contra outro, mais inseguro, dispensando talvez localizações permanentes onde se acumulava gente e riqueza, que era preciso defender. Poucas evidências provam na cultura material uma chegada maciça de colonos, mas as concepções construtivas, o quotidiano e os espaços da morte não são agora os mesmos. Os artefactos votivos de calcário partilham o gosto mediterrânico por essa matéria suporte e as figurações que eles registam nada têm que ver com o que antes se registava. As placas votivas, bem mais tardias do que inicialmente se defendeu, coexistem com formas de enterramento novas e com apropriações de espaços da morte anteriores, o que está longe de ser único na história da nossa espécie.

Explicar como tudo isto aconteceu é sem dúvida fascinante, mais fascinante que contar e descrever *bones and stones*. Mas tão arriscado que, ao fazê-lo, não podemos perder de vista de onde partimos. Sob pena de tomarmos a nuvem por Juno...ou por Hera, criatura bem pior, apesar de tudo.

Leituras recomendadas sobre sítios e situações, com alguns comentários a propósito

Para cada sítio-chave, indica-se apenas a bibliografia essencial, do ponto de vista do autor, para uma integração efectiva no sítio. Para casos como Vila Nova de S. Pedro, Zambujal ou Linceia, situações em que, felizmente, se dispõe de extensa informação bibliográfica, ainda que de valor muito desigual, a escolha foi particularmente difícil, mas assenta nos mesmos critérios. Uma bibliografia exhaustiva está a ser compilada por Ana Catarina Sousa, no âmbito da sua tese de doutoramento na Faculdade de Letras de Lisboa, prolongando e completando algumas tentativas levadas a efeito aquando das minhas próprias teses de licenciatura e doutoramento.

Como cada título tem a sua coerência, repetem-se por vezes algumas referências portadoras de capítulos específicos, que devem ser lidos em cada um de esses contextos.

Todas as bibliografias podem responder a um de dois critérios: referem-se apenas aos autores que constam do texto (nesse caso, melhor que «Bibliografia» devem ser chamadas «Referências» e é o sistema que aconselho para pequenos textos monográficos ou uma temática bem delimitada) ou a todos os autores que escreveram sobre o tema (o que lhes justifica o título de «Bibliografia»). «Leituras recomendadas» nada têm que ver com os dois critérios atrás enumerados. São deliberadamente subjectivas, traduzem uma valorização que o autor deu aos textos que leu, alguns considerados dispensáveis, outros não. Entre estes últimos, citam-se apenas o que justificaram explícita oposição. E breves comentários pessoais ilustram as situações mais significativas. Uma selecção de este tipo valoriza e especifica geralmente os textos que o autor pensa importantes para a formação do seu próprio pensamento. Permite aos leitores, que por tal se interessem, compreender porque foi seguido um caminho e não outro. E a quem buscar iniciação num dado tema, progredir, posteriormente a um percurso de leitura proposto, noutras direcções.

Cronologias

Uma selecção de dados disponíveis

- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1990/91) – Cronologia Absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, s. 4, 8 / 10 (1990/91); p. 203-228.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1996) – Contribution d'une série de datations ¹⁴C provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du néolithique et du calcolitique de l'Estremadura portugaise. In *Actes du colloque de Périgueux, 1995*. p. 45-50. [Suplement à la *Révue d'Archeometrie*]
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols. *Publicação das datas ¹⁴C de Santa Justa, comparadas com as de outros sítios calcolíticos*.
- SCHUBART, H.; SANGMEISTER, E. (1983-84) – A cronologia absoluta (datações de C14) de Zambujal. *Clio Arqueologia*. Lisboa, 1, p. 31-40.
- SOARES, A. M., e CABRAL, J. M. P. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. VI – Cronologia absoluta. *Setúbal Arqueológica* 8. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. p. 155-165.
- SOARES, A. M. e CABRAL, J. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *1º Congresso Peninsular de Arqueologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 217-236. [*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33: 3-4]
- SOARES, A. M.; CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico final e do Calcolítico inicial do povoado pré-histórico de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 5, p. 263-276. *Este trabalho publica as primeiras referências arqueométricas sólidas em relação aos espaços cronológicos ocupados por dois períodos ou fases cujas sobreposições são por vezes difíceis de distinguir noutros contextos. Períodos ou fases que, em determinadas situações, podem não estar em sequência clara, mas em sincronia cronológica. Obrigatório, mas a ler com reserva crítica.*

1. Vila Nova de S. Pedro

Entre as dezenas de publicações sobre as Campanhas de escavação e alguns estudos exteriores sobre o sítio:

- ARNAUD, J. M.; GONÇALVES, J. L. M. (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações: 1ª parte. *Revista de Arqueologia*. Lisboa, 1, p. 25-48.
- DAVEAU, S. (1980) – Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio*. Lisboa, 2, p. 13-37. *Não apenas um estudo hoje «histórico», mas uma importante reflexão vinda do exterior do nosso campo de trabalho. Indispensável.*
- GONÇALVES, V. S. (1993) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. In GONÇALVES, V. ed. – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1. p. 230-232. *Uma «leiturasinha» introdutória ao sítio.*
- JALHAY, E.; PAÇO, A. (1945) – El castro de Vila Nova de S. Pedro. In *Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropología: Etnografía y Prehistoria*. Madrid, 20. *A primeira (e única) monografia. Ainda hoje indispensável para se compreender o resto.*
- PAÇO, A. (1942) – Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do "castro de Vila Nova de São Pedro. In *Congresso do Mundo Português: Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1, p. 132-143. *Uma descrição «distraída» de um extraordinariamente raro ritual de fundação, com paralelos de muito menor dimensão na grande torre do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz).*
- SAVORY, H. N. (1983-84) – Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova de S. Pedro. *Clio Arqueologia*. Lisboa: UNIARQ. 1-2, p. 19-29. *Savory procurava salvar o «insalvável» e pôr um pouco de ordem no caos em que se tornara VNSP. Um impressionante exemplo de que como era fácil fazer de outro modo...*

2. Pedra d'Ouro

- BARBOSA, E. (1956) – O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 2, 3, p. 75-85.
- PAÇO, A. (1940) – A figurinha de barro de Pedra do Ouro. In *Congresso do Mundo Português. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História de Portugal*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 219-232.
- PAÇO, A. (1966) – Castelo da Pedra do Ouro. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa, 16, p. 115-152. *Afonso do Paço no seu pior. Não é preciso dizer mais.*
- SCHUBART, H. (1969) – Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro en Portugal. In *X Congresso de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, 1, p. 169-174.

3. O corte Zambujal

KUNST, M. (1975) - *Zambujal. Glochenbecher und Kerbblattvertziste Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1973. Madrider Beitrage*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp Von Zabern., 5 (2).

SCHUBART, H.; SANGMEISTER, E. (1981) - *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973. Madrider Beitrage*, 5.

A publicação ainda hoje fundamental para o estudo das sequências de construção das fortificações calcolíticas. Com desenhos exemplares, contrastando com tudo o que na época se fazia para estas realidades.

KUNST, M. (1987) - Bell Beakers sherds in Zambujal. In *Bell Beakers of the Western Mediterranean. Definition, Interpretation, Theory and new site data*. British Archeological Reports, 331 (II). p. 591-601.

KUNST, M. (1987) - *Zambujal Glochenbecher und Kerbblattverzierte Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1967*. Mainz aus Rhein. Madrid: Deutch Archaeologisches Institut, 2 vols. *M. Kunst tentando repor os artefactos nas estruturas e na sequência que lhes foi atribuída. Nem sempre com sucesso, mas com um esforço da maior importância para a reinterpretção do Zambujal.*

KUNST, M. (1995) - Cerâmica do Zambujal - novos resultados para a cronologia da cerâmica calcolítica. In KUNST, M. - *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR. (*Trabalhos de Arqueologia*, 7), p. 21-29

KUNST, M. (1996) - As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura Portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p.257-287.

SCHUBART, H. (1995) - As escavações no Zambujal - retrospectiva e planificação. In KUNST, M - *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica* Lisboa: IPPAR. (*Trabalhos de Arqueologia* 7), p. 17-20.

4. Santa Justa, o Algarve e o recomeçar

GONÇALVES, Victor S. (1989) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.

No deserto (ou no «mar», como dizia Orlando Ribeiro) do Alto Algarve Oriental, os Cerros do Castelo de Santa Justa, das Mestras e Corte João Marques. E monumentos megalíticos de diferentes épocas como Pedras Altas, Castelhana ou Eira dos Palheiros.

GONÇALVES, Victor S. (1997) - Cerro do Castelo de Santa Justa. Um povoado calcolítico fortificado no Alto Algarve Oriental. In *90 séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR. P. 163-190.

Outra «leiturazinha» sintética, muitos anos depois. Pode servir como introdução a um sítio mais complexo do que parece (mas não é o mesmo que se passa com todos os outros sítios?).

GONÇALVES, Victor S. (1997) - Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. *I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres, 1995. *Setúbal Arqueológica*. 11-12. p. 199-216.

PARREIRA, R.; SERPA, F. (1995) - Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios a.C. In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. (3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 7, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35; 3, p. 235-256. *Não percebi metade e garanto que gostava de perceber.*

5. O Alentejo calcolítico

Para além do essencial sobre os sítios calcolíticos, refere-se um estudo pioneiro sobre o povoamento do Alentejo «neo-eneolítico» e alguns trabalhos em que o megalitismo é evocado como suporte simbólico das estruturas de povoamento:

ARNAUD, J. (1971) - Os povoados "neo-eneolíticos" de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa), Notícia preliminar. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, p. 199-221.

GONÇALVES, V. S. (1987) - O povoado pré-histórico da Sala nº1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1(88). *Portugália*. Porto. N. Série, 8-9, p. 7-16

GONÇALVES, V. S. (1988/89) - A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Porto. N. Série, 9-10, p. 47-60.

GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.

Aqui citado, pelos sítios da Vidigueira e Reguengos de Monsaraz.

GONÇALVES, V. S. (1990/91) - TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Porto. N. série, 11-12.

GONÇALVES, V. S. (1992) - *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC.

GONÇALVES, V. S. (1993) - A emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas (Parte IV). . In GONÇALVES, V ed- *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1. p. 181-212.

GONÇALVES, V. S. (1995) - O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. In *O Megalitismo no Centro de Portugal: Mangualde, Nov. 1992*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta. p. 115-135. *Por razões pessoais, mas também mais objectivamente, mantenho uma grande relação afectiva com este texto.*

GONÇALVES, V. S. (1995) - *Sítios, "Horizontes" e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 304 p.

- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2000) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre megalitismo (Reguengos de Monsaraz 1996)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2000. (Trabalhos de Arqueologia 17).
- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. e ROCHA, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 9-10; p. 391-412.
- GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (1997) – Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora). *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz. Boletim Cultural do Município*. Reguengos de Monsaraz, 1; p. 71-95.
- GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular. *Actas do Colóquio Internacional O Neolítico Atlântico e as orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias pré-históricas e proto-históricas, p. 609-634.
- GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Muitas antas, pouca gente? . Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2000. p. 11-104. *Síntese que reescreve e desenvolve o estudo apresentado em Santiago de Compostela, referido imediatamente antes, já com alguns dados da mega operação do Alqueva*.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1. p. 45-153.
- PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa), relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 1, p. 149-168.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 179-272.
- SILVA, C. T., e SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972-77*, Lisboa: Gabinete da área de Sines
- SILVA, C. T., e SOARES, J. (1984) – A estratégia do povoamento dos «Chãos» de Sines durante a Pré-História. *Homage Georges Zbyszewski*. Paris: Recherches sur les Civilisations. p. 393-410
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I- escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 16-43.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1-2, p. 53-153.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 37-88.

6. Liceia

- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas: 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1993) – Leceia. 1983-1993. *Escavações do povoado fortificado pré-histórico. Estudos arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. N. especial, 163 p.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 35: 1, p. 115-131. [*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 5]
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia. Sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1997-98) – A ocupação campaniforme no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7; p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Calcolithic in portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. 19 (1). P. 37-55.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1983-84) – O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1ª e 2ª campanhas de escavação (1983-84). *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 41-68.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-90.

7. A metalurgia do cobre, a Revolução dos Produtos Secundários, as fortificações

Para além dos vários textos de iniciação geral, quase todos muito desiguais, e que se omitem aqui, por despropósitos neste contexto, recomenda-se

- CARDOSO, J. L. (1997) – Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura. *Zephyrus*. Salamanca, 50; p. 249-261.

- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. (1997-98) – Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7; p. 61-87.
- GONÇALVES, V. S. et al. (1983-84) – Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva. *Clio Arqueologia*. Lisboa, 1, p. 141-154.
- GONÇALVES, V. S. (1993) – A Revolução dos Produtos Secundários e a metalurgia do cobre. *História de Portugal*. I. Lisboa: Ediclube.
- GONÇALVES, V. S. (1994) – A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. Vol. 34 (3-4). p. 117-131. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular).
Este texto foi republicado, após revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (1997) – As necrópoles de Monchique e o megalitismo do Algarve. Notas para uma futura revisão. In *90 séculos entre a terra e o mar*. Lisboa: IPPAR. P. 163-190.
- HODDER, I.; ISAAC, G. e HAMMOND, Norman, eds. (1981) *Pattern of the past. Studies in honour of David Clarke*. Cambridge University Press.
- JORGE, S. O. (1994) – Colónias, Fortificações, Lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 2ª S.; 15; p. 447-545
- PARREIRA, R. (1990) – Considerações sobre os milénio IV e II a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa, 1, p. 27-43.
- RENFREW, C. e SHENNAN, S., eds. (1982) – *Ranking, resource and exchange*. Cambridge.
- SILVA, C. T. (1990) – Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro-Sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 1, p.45-52.
- SHERRATT, A. 1981) – Plough and pastoralism: aspects on secondary products revolution. In HODDER, I.; ISAAC, G. e HAMMOND, Norman, eds. 1981. p. 261-305.
- Pese o que pese, a RPS (que nasce aqui) corresponde ao afinamento do conceito de Revolução Neolítica avançada por Childe. Basicamente, trata-se, mais propriamente, da Segunda Revolução Neolítica. Com um impacto no Ocidente Peninsular, como tudo deixa entender, bem maior que a Primeira...*
- SHERRATT, A. (1982) – Mobile resources and exchange in early agricultural Europe. In Renfrew e Shennan, eds. P. 13-26.
- SHERRATT, A. (1987) – Wool, wheels and ploughmarks. *Bulletin of the Institute of Archaeology*. 23. Londres. University College. P. 1-15.
- Para explicar (ou melhor: compreender) a ocupação de más terras e de áreas com recursos agrícolas limitados, noutros contextos teóricos um estéril exercício académico. O conceito da RPS é talvez o mais operativo e assente em realidades observáveis do último quartel do século. É lamentável que, reaccionárias como sempre e por definição, as velhas carcassas sorbónicas portuguesas (com uma vénia a Rabelais) não o tenham compreendido e discutido o modelo pelas suas características intrínsecas e não pelo que de incomodativamente novo ele trazia. E atenção, trata-se de um modelo inglês. Se fosse francês, a destruição seria total e digna de uma «Guerra das Estrelas» de bairro popular...*
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e Leceia – elementos para um estudo comparado. In KUNST, M – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica* Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia 7), p. 159-168.
- SOARES, A. M.; Araújo, M. F.; Cabral, J. (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana entre o Ardila e o Chança. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva. p. 165-200.

*Lisboa/Reguengos de Monsaraz
(texto revisto no Inverno de 2000)*

Nota

¹ Para os mais jovens, e cujas referências são naturalmente diversas, refiro-me a que nunca devemos pertencer a uma associação que nos aceite como membros...

